

O Projeto "O Brasil que eu Quero": Uma Análise das Contribuições Maranhenses e sua Correlação com os Dados Disponíveis pelo IBGE¹

Danielle Carolina dos Santos COSTA²

Lucas Oliveira SOUSA³

Marcelli Alves da SILVA⁴

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

RESUMO

Este trabalho intitulado “o projeto ‘o Brasil que eu quero’: uma análise das contribuições maranhenses e sua correlação com os dados disponíveis pelo IBGE” faz um estudo sobre quais temáticas foram mais pedidas pelos maranhenses no quadro da Rede Globo de Televisão durante o seu período de exibição - março a setembro de 2018. Como metodologias foram utilizadas a revisão bibliográfica, o mapeamento e análise de conteúdo. O objetivo do estudo foi comparar se os três temas mais evidentes representam os dados disponíveis no IBGE sobre o Maranhão. Após a análise dos materiais concluiu-se que as políticas públicas, a educação e a saúde ainda deixam a desejar no estado e estão entre os três assuntos mais pedidos entre os maranhenses.

PALAVRAS-CHAVE: "O Brasil que eu quero"; IBGE; Rede Globo; Maranhão;

INTRODUÇÃO

A interação do público com o telejornal, no período analógico, se restringia apenas ao envio de cartas e telefonemas às redações do jornalismo em TV. Uma comunicação reduzida diante das limitações tecnológicas. Porém, com o advento das novas tecnologias digitais, esta relação mudou. A utilização das ferramentas web trouxe uma amplitude no contato entre o jornalismo e a sua audiência. Alguns telespectadores passaram a enviar e-mails, gravações de imagens em vídeo, foto e texto às redações de jornalismo pela ferramenta “Fale Conosco” presentes nos sites de notícias. O público antes passivo, agora se torna um agente destinador

¹ Trabalho apresentado no IJ05 – Comunicação Multimídia da Intercom Júnior – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduanda do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Membro do Grupo de Pesquisa Gciber. E-mail: dani.carolina.dc@gmail.com

³ Graduando do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Membro do Grupo de Pesquisa Gciber. E-mail: lucasoliveirasousa001@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo. E-mail: marcellialvessalva@gmail.com

ativo no aspecto comunicacional, e, conseqüentemente, o jornalismo se transformara no seu destinatário de conteúdos.

O telejornal e o público estão interligados um ao outro. Nessa relação, o público assume a função de dar início ao processo de comunicação, produzindo mensagens pelas quais pode aparecer sua autonomia na interpretação da mensagem emitida através das reportagens colaborativas. A satisfação em realizar um interesse particular e a busca de dar voz aos seus desejos é um motivo que faz com que o interagente procure participar da enunciação no telejornal enviando fotos e principalmente vídeos.

Em relação ao formato dos vídeos enviados pelos telespectadores, é possível perceber que são imagens às vezes sem foco, com planos mal definidos e áudios ruidosos, feito sem a qualidade técnica de um vídeo telejornalístico que segue todo um padrão para a televisão, que potencializam sua força, pois, como aponta Alzamora (2011, p.95-96), “interessa, cada vez mais, uma imagem que ateste um dado da realidade e que seja crível em sua indiciabilidade, independente de ser produzida conforme os cânones jornalísticos”

O que destacamos neste estudo é a campanha da TV Globo, o projeto “ O Brasil que eu quero”, que foi uma ferramenta que possibilitou aos telespectadores o envio de vídeos amadores como uma forma de dar voz para que falassem quais eram os seus desejos e o que queria para o Brasil para o futuro. Encontramos os três assuntos mais abordados pelos maranhenses e comparamos com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao Maranhão. O tempo estabelecido da análise foi o ano de 2018. O período se justifica, pois foi o período que os vídeos eram exibidos nos telejornais da TV Globo durante sete meses que antecederam a eleição de 2018.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Maranhão é o 8º maior estado do Brasil e o segundo da região nordeste, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Censo Demográfico (2010), a taxa de pessoas em situação de pobreza no Maranhão ultrapassa a porcentagem nacional. 62% dos maranhenses encontram-se na situação já mencionada, enquanto a taxa de brasileiros apresenta-se como 21,8%.

Araújo e Carneiro (2018, p.4) caracterizam a pobreza no Maranhão, levando em consideração as questões sociais, estruturais e multidimensionais que acabam afetando a sociedade. Segundo os autores, a pobreza pode ter como consequência “menores

possibilidades de alcançar os níveis mais elevados de educação”. Dessa forma, as pessoas não têm acesso aos cargos que possuem uma remuneração melhor, continuando, assim, na situação de pobreza. Araújo e Carneiro (2018) ainda pontuam a importância do Estado para combater as mazelas sociais:

Medidas de redução ou de enfrentamento a pobreza e desigualdade exigem a instituição de um efetivo Estado democrático mediante construção de pactos sociais que assegurem direitos sociais. Desenvolvimento social, combate à pobreza, promoção dos direitos humanos e da justiça social, prescindem diretamente da atuação do Estado mediante estabelecimento de uma agenda de políticas públicas estaduais. O movimento em curso no atual contexto brasileiro vai na contramão dessa construção com graves impactos no quadro de desigualdade e pobreza em todo o país. (ARAÚJO e CARNEIRO, 2018, p. 6).

Tratando-se de educação, no ano de 2018, o estado nordestino tinha 1.178.949 matrículas ativas no ensino fundamental, ao comparar com as outras unidades federativas, o Maranhão ocupava a 9ª posição no ranking⁵ dessa modalidade. Além disso, foram constatadas 9.690 escolas de ensino fundamental para o referido ano. Para o ensino superior, ainda em 2018, foram 311.830 matrículas, com 1.051 estabelecimentos de ensino médio, ocupando a 10ª posição.

Segundo dados divulgados pelo Panorama dos Territórios – Maranhão, (2017, p. 42), a infraestrutura de uma escola “interfere diretamente no desempenho dos alunos, pois facilita os processos de aprendizagem, amplia oportunidades educativas, ajuda a dinamizar atividades e oferece um ambiente seguro e acolhedor”. De acordo com o Censo Escolar (2016), o ensino de rede estadual do Maranhão apresenta 1.104 escolas estaduais, das quais 805 são com Ensino Médio, o que corresponde a 72,9%. 48,1% estão localizadas em áreas urbanas, ou seja, são 531 escolas. Ainda de acordo com o Censo Escolar (2016), foram registradas 364.239 matrículas no ensino público, 288.694 delas eram no Ensino Médio (79,3%). Os Indicadores Educacionais INEP de 2016, mostram que a taxa de rendimento do Maranhão nas séries do ensino médio são em sua maioria, de aprovação. A 1ª série do E.M. possui uma taxa de 73% aprovativa, seguida da 2ª série com 80,1% e 3ª série com 88%. Sobre as estruturas das escolas estaduais de Ensino Médio do Maranhão, o Censo Escolar (2016), mostra que 76% das escolas possuem computadores e 63% delas têm acesso à internet. No entanto,

⁵ Ranking IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/13/5913?tipo=ranking>

laboratórios de ciências e bibliotecas não estão presentes nem na metade das escolas maranhenses, sendo 22,4% e 47,1% respectivamente.

O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) é a ferramenta mais abrangente para medir a corrupção do mundo. Existente desde 1985, ela reúne resultados de 180 países e territórios. O Brasil caiu nove posições no ano de 2018, ao comparar com o ano de 2017, ocupando a 105ª colocação entre os 180 países avaliados.

Um estudo realizado por economistas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-PPEG) indica que uma parcela da magnitude sobre a corrupção e seus efeitos na dinâmica do crescimento econômico regional mostra que três estados do Nordeste necessitam de atenção quanto às políticas públicas de prevenção e controle: Piauí, Bahia e Maranhão, onde os indicadores de corrupção passaram dos limites toleráveis. O período do estudo enquadrava entre os anos de 1998-2008.

Diferente do modelo adotado pela Transparência Internacional (IPC), cujo caráter é subjetivo, pois mensura corrupção a partir da percepção de indivíduos entrevistados, esse estudo foi feito através do Indicador de Corrupção Governamental Estadual (ICG) construído pelo economista José Luís Serafini Boll, com base na relação de irregularidades disponibilizadas pelo tribunal de Contas da União (Cadirreg) e variáveis como Produto Interno Bruto (PIB), Lei Orçamentária da Anual (LOA) e população.

Os Estados com o indicador próximo de 0,4347 merecem atenção quanto a prevenção e o controle da corrupção, pois se ele cresce mais diminui o desempenho da produtividade de sua economia. Para os estados acima do nível crítico de corrupção as evidências sugerem redução no processo de crescimento. Nesses casos, convém fortalecer a estrutura de fiscalização e controle para elevar a expansão econômica. Com base no escore levantado pelos pesquisadores, o ranking de corrupção dos estados nordestinos, considerados dados do período 1998/2008, apresenta Maranhão, Bahia e Piauí com os maiores indicativos: 0,43, 0,42 e 0,40, respectivamente.

A mensuração da variável corrupção, com base na metodologia do ICG, foi feita ponderando: valor das contas julgadas irregulares no Tribunal de Contas da União (TCU) (por população, PIB, número de contas julgadas irregulares por um estado ante o total do país; gastos anuais da União previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA)). Para as variáveis socioeconômicas foi atribuído peso 0,33; para as demais (LOA, quantidade de processos irregulares), 0,66.

Ao analisar a dispersão entre as médias referentes à taxa de crescimento econômico e o índice de corrupção governamental de cada estado brasileiro, os pesquisadores verificaram uma tendência positiva entre as duas variáveis, com um porém: mais corrupção não significa necessariamente maior crescimento da economia. Ou seja, níveis maiores de corrupção afetam negativamente a taxa de crescimento dos estados.

A priori, pode-se afirmar que a corrupção prejudicaria a sociedade em vista dos seus efeitos sobre a redução dos investimentos, do nível do produto, da produtividade e da eficiência econômica. A lógica econômica do efeito da corrupção sobre o investimento, canal de transmissão, dar-se-ia em virtude da repercussão sobre a taxa de retorno, visto que a corrupção atuaria como uma despesa que en- careceria as inversões e com isso o custo de oportunidade exigido seria maior, retardando ou evitando a realização do investimento pela iniciativa privada. (CAMPOS, PEREIRA, 2016, p. 4).

De acordo com o que foi discutido acima fica evidente o quanto a corrupção no Brasil afeta setores básicos dos serviços públicos. A saúde e a educação são importantes campos afetados e refletem diretamente nos rumos que serão tomados por uma sociedade.

De acordo com os Desafios da Gestão Estadual (IDGE), em 2018, o Maranhão ocupou a 24ª posição no ranking⁶ de saúde comparativo com os demais estados da confederação, apresentando um índice de 0,290. Além disso, o relatório mostra que na década de 2010, o estado maranhense ainda caiu seis posições na escala de saúde dos estados do Brasil. Em relação a expectativa de vida, o IDGE classificou o Maranhão na última colocação (27ª). Em 2017, foi verificado que os maranhenses vivem 70,9 anos, uma idade abaixo da média nacional, que é de 76 anos, segundo o IBGE.

Ao se tratar do quesito mortalidade infantil, o Maranhão ocupava, em 2016, a 22ª posição no ranking. O índice apresentado pelo IDGE para estado é de 15,0, valor acima da média nacional que se confira em 12,7. Apesar desses valores, a projeção desse índice para o ano de 2022 é 11,0, ficando abaixo da média brasileira. O terceiro indicador de saúde do IDGE é a taxa de óbitos prematuros por doenças crônicas não transmissíveis onde o Maranhão ocupa a 13ª posição, apresentando o valor de 254,5, um valor positivo em relação à média nacional que é de 296,0.

Em relação a percepção do estado de saúde, estilo de vida e doenças crônicas em pessoas de 18 anos ou mais de idade, a auto avaliação da saúde no Maranhão como muito boa

⁶ O ranking IDGE está disponível em: <https://www.desafiosdosestados.com/>

ou bom é de 50,4% segundo dados do IBGE⁷ (2016). Ainda assim, apesar da taxa estar acima da metade, o estado Maranhense ainda ocupa a última posição dentre os 27 estados quanto a avaliação da saúde pública pelos moradores.

ELEIÇÕES 2018 NA REDE GLOBO: PROJETO “O BRASIL QUE EU QUERO”

O “Brasil que eu quero” foi um projeto das eleições 2018 veiculado pela Rede Globo entre os meses de março e setembro do mesmo ano. A proposta era incentivar os telespectadores do país a enviarem vídeos contando seus desejos para o futuro na nação, para que os atuais e futuros governantes do país pudessem assistir o que a população desejava. Foram solicitados aos 5.570 municípios do Brasil que participassem desta proposta. Foi criada uma página no site do G1, específica para o referido quadro, conforme figura abaixo:

Figura 1 - página criada com o título "O Brasil que eu quero"



(Fonte: G1)

Além disso, a população foi orientada como deveriam ser gravados esses vídeos: na posição horizontal, para que ficasse uma gravação que se enquadrasse no formato da televisão; que o vídeo tivesse no máximo 15 segundos, para que padronizasse o tempo de fala de cada cidadão; também foi sugerido que o protagonista do vídeo estivesse em um local que representasse a cidade da qual ele estaria falando. Além dos apresentadores, durante os telejornais, programas de televisão e comerciais eram passadas orientações feitas por

⁷ Os dados sobre a saúde do Maranhão, segundo o IBGE, estão disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/47/48940?tipo=ranking&indicador=48882&ano=2013>

repórteres de todo o Brasil ensinando como manusear o celular, além do incentivo à participação.

De acordo com uma reportagem exibida na revista eletrônica da Rede Globo de Televisão, Fantástico⁸ (2018), foram mais de 120 mil pedidos no projeto e uma taxa 99,5% de participação efetiva dos municípios brasileiros. Além disso, também foi pontuado que a faixa etária que mais participou do projeto foi de adultos com 71%, seguido dos idosos (13%), adolescentes (7%) e crianças participaram com 9%. Em relação ao gênero, o sexo participante foi o masculino com 65%, as mulheres participaram com 28%, o 7% restantes se enquadram na categoria “grupo”.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem por base a coleta, análise quantitativa e qualitativa e constatação de dados dos vídeos amadores da campanha da TV Globo, “O Brasil que eu quero”, na qual eram exibidos durante a programação da emissora. Ao todo foram analisados 217 vídeos de 217 municípios do Maranhão. A pesquisa tem como objetivo descobrir quais assuntos foram mais abordados pelas pessoas que mandaram seus vídeos e correlacionar com o dados do IBGE.

Política, Educação e Saúde foram os temas mais falados, ocupando o primeiro, segundo e terceiros lugar, respectivamente. O material analisado encontra-se em uma via online, no portal G1, site da própria emissora⁹.

Esse material, além de mapear todos os vídeos fez também uma pesquisa de revisão bibliográfica e de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

⁸ Programa exibido em 30 de setembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/09/30/o-brasil-que-eu-queiro-termina-com-videos-de-995-dos-municipios-do-pais.ghtml>

⁹ Todos os vídeos do projeto está disponível em: <http://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-queiro/>

Como método de investigação, a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação.

Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989, p.185), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível.

Na obra de Bardin consta uma definição direta do que seja a Análise de Conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes. Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266),

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266).

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza, segundo Severino (2007, p.122), a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao todo foram identificados 217 vídeos enviados do Maranhão para o quadro “O Brasil que eu quero”, o que corresponde a uma taxa de 100% de participação maranhense no projeto. Destes, foram 347 pedidos aos governantes. Acredita-se que o fato de o número de pedidos ser maior do que os materiais exibidos na televisão, é por conta dos solicitantes que aproveitavam a oportunidade para exporem mais de um desejo. Para chegar a esses números, foram assistidos todos os episódios do projeto da Rede Globo, delimitando apenas para os envios do Maranhão. Após esse levantamento de dados, foi feita a categorização de quais assuntos eram mais evidentes nas solicitações dos participantes para encontrar os três mais mencionados. Quanto ao tema e ao número de pedidos, foram os seguintes resultados:

Quadro 1 - Quantidade de solicitações do projeto “O Brasil que eu quero” oriundos do Maranhão

Política	91
Educação	58
Saúde	40

(Fonte: Os autores, 2019)

O tema que mais foi solicitado pelos maranhenses foi política. Supõe-se que esse assunto se tornou mais evidente por uma causa mais ampla: o cenário político em que se encontra o Brasil. Além de pedidos como “menos corrupção” e “menos políticos ladrões”, também foram expostos o descontentamento com algumas políticas públicas do estado nordestino pedindo algumas melhorias na administração pública e mais ações efetivas dos governantes. É perceptível que essa insatisfação é um reflexo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual, de acordo com o IBGE (2010), o Maranhão ocupa o 26º lugar¹⁰ no ranking comparativo entre os demais estados, apresentando um índice de 0,639, o que se enquadra no IDH médio, ou seja, ainda está em processo de desenvolvimento.

¹⁰Ranking IDH do Maranhão está disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>

Esse tipo de pedido reflete a situação na qual o estado se encontra. De acordo com o IBGE, até o ano de 2016, 52% da população maranhense vivia em situação de pobreza. Esse índice reflete a corrupção pela qual o estado este inserido. Como diz Caldeira (1978) o "sarneísmo" domina o estado há várias décadas. O autor chama por esse nome pois o Estado foi gerido pela família Sarney por muitas décadas e pouca coisa avançou em se tratando de desenvolvimento social. No entanto, Lima (2002) ressalta as contradições do estado: ao mesmo tempo em que apresenta uma grande riqueza cultural, arquitetônica e histórica o estado detém um dos piores indicadores sociais. É fato que a corrupção fomenta a pobreza e esta caminha lado a lado com indicadores negativos relacionados à educação e saúde.

As formas mais comuns de demonstrar o descontentamento com as questões políticas foram assim colocadas pelos telespectadores que enviaram vídeos para o quadro "O Brasil que eu quero":

Quadro 2 – Maneiras de mostrar o descontentamento político

"Que o governo comece e termine as obras"

"Fim da corrupção para investir em saúde e educação"

"Que os políticos tenham mais vergonha na cara"

"Que as obras públicas sejam finalizadas"

"Que os políticos invistam mais em estradas e menos em corrupção"

"Governantes que trabalhem para o povo e não por interesses próprios"

"Um Brasil sem corrupção e sem ladrão"

"Que as autoridades tomem conta da população e parem de desviar dinheiro"

"Que todas as câmaras de vereadores trabalhem de forma precisa"

"Que os políticos trabalhem mais e em benefício do povo"

"Um Brasil fora da corrupção"

"Que a população saiba escolher os políticos"

"Que os políticos cumpram com os seus deveres"

"Um Brasil com políticos honestos"

"Um Brasil onde os políticos parem de roubar"

"Um Brasil com menos desigualdades"

(Fonte: Os autores, 2018)

É possível constatar a inquietação de alguns solicitantes nos vídeo enviados com os políticos do Maranhão, que aproveitam o tempo na televisão para denunciar gestões ineficientes, como é o caso da figura 2:

Figura 2 – Frame do vídeo enviado da cidade de Pedro do Rosário, MA



(Fonte: TV Globo)

O exemplo da figura 2 demonstra bem como um único vídeo pode conter mais de um tema e também como o tempo foi aproveitado para denunciar uma gestão. O colaborador Moacir Silva dos Santos, pede com que as obras públicas e escolas não sirvam, segundo ele¹¹, como “lavagem de dinheiro”, exibindo atrás dele uma escola abandonada. Além disso, pede com que as crianças do seu povoado não tenham que se deslocar alguns quilômetros para

¹¹ O vídeo da cidade de Pedro do Rosário - MA está disponível a partir do minuto 1:24: <https://especiais.g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/2018/videos/#!/6945706>

poderem estudar. Em 25 segundos, foi denunciada uma má administração dos políticos, se enquadrando na categoria “política” e também foi solicitado um ambiente melhor para os estudantes, configurando a categoria “educação”. Por conta de ser uma obra abandonada, a temática também aborda a “infraestrutura”.

O segundo assunto mais pedido pelos maranhenses foi educação, que também reflete o cenário do estado nordestino. Os dados do IBGE (2010) mostram que o Maranhão não entra no top 10 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) ¹² do país. Em relação aos primeiros anos do ensino fundamental na rede pública, o Maranhão apresenta um índice de 4,5, ocupando a 23º posição no ranking de IDEB, ao comparar com os demais estados. Ao se tratar dos anos finais do ensino fundamental na rede pública, o índice apresentado é de 3,7, fazendo o Maranhão ocupar a 21º no ranking de IDEB. Além disso, o estado encontra-se em segundo lugar em número de analfabetismo no país, perdendo apenas para o Alagoas.

As formas mais comuns de demonstrar o descontentamento com a educação do Maranhão foram assim colocadas:

Quadro 3 – Maneiras de mostrar o descontentamento com a educação do Maranhão pelos participantes do "O Brasil que eu quero"

"Mais investimentos na educação"
"Um Brasil com mais educação"
"Educação para as crianças e respeito aos professores"
"Educação sem corrupção"
"Oportunidade de ensino e qualificação para a população de pequenas cidades"
"Que a educação não seja esquecida pelos governantes"
"Um Brasil com mais profissionais formados pela educação"
"Mais respeito aos professores"
"Salário digno para os professores"

¹² Ranking IDEB do Maranhão está disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>

"Um país que priorize a educação"

"Compromisso com a educação"

"Que os representantes olhem pela a educação e façam escolas dignas"

"Educação de qualidade"

"Escola seja o lugar mais atrativo para o estudante"

"Políticos façam mais faculdades"

(Fonte: Os autores, 2018)

O terceiro assunto mais apontado pelos maranhenses no quadro "O Brasil que eu quero" é sobre saúde. Isso também reflete a situação na qual o referido estado se encontra. De acordo com informações divulgadas pelo Conselho Federal de Medicina, o Maranhão tem o segundo pior investimento na temática saúde do país. Sabe-se que a má gestão, aliada à corrupção, são fatores importantes na precariedade da saúde.

Quadro 4 – Maneiras de mostrar o descontentamento com a saúde

"Brasil com mais saúde"

"Mais investimentos na saúde"

"Saúde sem corrupção"

"Um país onde os profissionais de saúde sejam valorizados"

"Mais compromisso com a saúde pública"

"Mais investimentos no SUS (Sistema Único de Saúde)"

"Valorização dos técnicos em enfermagem"

"Saúde como prioridade"

"Um país mais justo onde não precise pedir dinheiro para respirar"

"Que os governantes olhem para o Sistema Único de Saúde"

"Melhorias na saúde"

(Fonte: Os autores, 2018)

A precariedade da saúde pública não é específica do Maranhão, porém o Estado convive com a falta de médicos, leitos e superlotação de forma corriqueira. Além disso, embora não tenha sido citado pelos participantes, até mesmo por muitos desconhecem a importância disso, mais de 70% dos maranhenses não têm acesso ao saneamento básico. É importante ressaltar a relação direta que existe entre a falta de saneamento básico e a saúde pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações deste material deixam claro que as três temáticas mais solicitadas pelos maranhenses no projeto da Rede Globo, “O Brasil que eu quero” se aproximam da realidade vivida pelos moradores do Maranhão. Para chegarmos aos três assuntos mais pedidos nos vídeos, foram assistidos todos os episódios do “O Brasil Que Eu Quero”, exibidos ao longo de quase sete meses do ano de 2018, delimitando apenas os materiais exibidos do estado do Maranhão.

Após a separação da amostra que seria estudada, foi feita uma análise do pedido de cada um dos 217 vídeos enviados ao projeto da Rede Globo para então mapear quais seriam os três assuntos mais evidentes na participação do projeto. Em alguns casos, foram mais de um pedido, por conta disso, o número de solicitações acaba sendo mais do que o número de vídeos veiculados. Os resultados apontam que políticas públicas, a educação e a saúde ainda deixam a desejar no estado maranhense, fazendo com que os habitantes reivindiquem as melhorias das quais sentem carência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Panorama dos territórios.** Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.org.br/panorama-dos-territorios/maranhao/> Acesso em: 15 de jun. 2019.

Fantástico. Rio de Janeiro: Rede Globo. 30 de setembro de 2018. Revista eletrônica.

ALZAMORA, Geane. Entre a TV e a internet: mediações sobrepostas em IReport for CNN. In: SOSTER, Demétrio; LIMA JR., Walter (Org.). *Jornalismo digital: audiovisual, convergência e colaboração.* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. p. 84-104.

ARAÚJO, C. C.; CARNEIRO A. M. F.; Pobreza e desigualdade social no Maranhão: atualidade de uma questão histórica e estrutural. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2018, Teresina. *Anais...* Teresina; [s.n.], 2018. Disponível em: <<http://www.sinespp.ufpi.br/upload/anais/NDcx.pdf?084339>>. Acesso em: 15 de jun. 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1977.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo*, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CAMPOS F. A. O.; PEREIRA R. A. C. **Corrupção e ineficiência no Brasil:** Uma análise de equilíbrio geral. *Estud. Econ., São Paulo*, vol.46, n.2, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v46n2/0101-4161-ee-46-02-0373.pdf>>. Acesso em 18.05.2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades.** [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>>. Acesso em: 15 de jun. 2019.

INSTITUTO UNIBANCO (Brasil). **Panorama dos territórios:** Maranhão. 2017. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Panoramas_MARANHAO.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MACROPLAN (Org.). **Desafios da Gestão Estadual.** 2018. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/portal/wp-content/uploads/2017/07/434735_5844569990df4983b907d59b636812ac.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

O BRASIL QUE EU QUERO. **Encontre seu vídeo.** Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/2018/videos/>>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. *La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa.* Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico.* São Paulo: Cortez, 2007.